



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental  
Departamento de Qualidade Ambiental  
Coordenação Geral de Qualidade Ambiental  
GT-P2R2

1 **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

2 **Assunto:** 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre P2R2

3 **Local:** Microsoft Teams.

4 **Data:** 28 de maio de 2025.

5 **Horário:** 14h às 17h

6 **Participantes:** Lista de presença anexa.

7 **I Objetivo:**

8 A reunião teve como objetivo dar início aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) sobre o  
9 Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com  
10 Produtos Químicos Perigosos – P2R2, com apresentação dos membros e da estratégia de  
11 trabalho.

12 **II Atividades**

13 **Abertura**

14 A Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, abriu a reunião, dando boas-vindas  
15 e agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião estava sendo gravada e submeteu  
16 a pauta para aprovação.

17 Em seguida, foi passada a palavra ao Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano,  
18 Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Sr. Adalberto Maluf, o qual relembrou o histórico do  
19 P2R2, destacando a importância de se retomar o assunto, com a efetiva participação das  
20 diferentes esferas de governo e sociedade civil, sobretudo após a extinção da Comissão Nacional  
21 do P2R2, quando restou uma lacuna de governança no tema. Relembrou o acidente envolvendo  
22 a ponte que liga os estados do Tocantins e Maranhão, em dezembro de 2024, destacando a  
23 importância da articulação no momento da ocorrência para uma resposta rápida. Destacou  
24 ainda que, para o MMA, o P2R2 é um compromisso do ponto de vista ambiental e de saúde  
25 pública.

26 Retomando a palavra, a *Diretora de Qualidade Ambiental*, Thaianne Resende, se  
27 apresentou e convidou os membros presentes a fazerem o mesmo, momento no qual foi aberta  
28 a palavra para que cada um se apresente, indicando a instituição que representa e apontando  
29 suas perspectivas com a instituição do GT-P2R2.  
30

31 **Objetivos e resultados esperados**

32 Dando continuidade, a Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, introduziu os  
33 objetivos do GT, os quais são:

- 34
- Promover a discussão quanto ao fortalecimento do marco normativo e regulatório que



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

- 35 rege o P2R2 no Brasil;
- 36 • Promover a discussão quanto ao reestabelecimento da instância nacional de
- 37 governança e articulação;
- 38 • Fortalecer a capacidade de gestão ambiental e a prevenção dos impactos à saúde
- 39 humana integrada dos órgãos e instituições públicas no âmbito federal, estadual e
- 40 municipal, para a organização de estratégias visando o desenvolvimento de planos de
- 41 ações conjuntas, no atendimento a situações emergenciais envolvendo produtos
- 42 químicos perigosos;
- 43 • Promover o aprimoramento da vigilância epidemiológica e ambiental, integrando dados
- 44 de notificação de intoxicações exógenas e informações toxicológicas para subsidiar a
- 45 tomada de decisão e a implementação de ações preventivas e de resposta;
- 46 • Criar espaços de participação e engajamento, envolvendo os diferentes atores
- 47 relacionados ao P2R2 e possibilitando o compartilhamento de iniciativas e boas práticas
- 48 adotadas nacional e internacionalmente;
- 49 • Conduzir ações de capacitação com enfoque tanto no caráter preventivo do P2R2,
- 50 envolvendo ações para prevenir, coibir, inibir e/ou desmotivar práticas que levem à
- 51 ocorrência de acidentes envolvendo produtos químicos perigosos, como também no
- 52 caráter corretivo, envolvendo ações para preparar, integrar e otimizar os sistemas de
- 53 atendimento de emergência com produtos químicos perigosos de maneira rápida e
- 54 eficaz;
- 55 • Divulgar informações relacionadas ao P2R2 à sociedade e às instituições interessadas.
- 56 • Proceder à análise de acidentes em conjunto com outras entidades, quando solicitada
- 57 ou julgar necessário; e
- 58 • Apoiar os estados, Distrito Federal e municípios, mediante solicitação dessas, na
- 59 ocorrência de acidentes de maior gravidade.

60 Foi informado, ainda, que o GTP-P2R2 apresentará anualmente, na última reunião ordinária

61 da Conasq, um compilado de documentos, ferramentas e bancos de dados para fortalecer o

62 P2R2, acompanhar ações realizadas por instituições integrantes ou parceiras, relatar atividades

63 de capacitação e eventos promovidos, propor novas estratégias e normas para divulgação do

64 P2R2, detalhar ações executadas e resultados obtidos, além de sugerir um cronograma com

65 metas para o próximo ano.

66 Por fim, a Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, passou a condução da

67 reunião ao Coordenador-Geral de Qualidade Ambiental Substituto, Luiz Mandalho, e passou a

68 palavra ao Analista Ambiental, Thiago Valente, para apresentação do histórico e diagnóstico

69 nacional do P2R2.

70

## 71 **Histórico do P2R2**

72 O Analista Ambiental, Thiago Valente, então iniciou sua apresentação apontando as

73 consequências do desastre ocorrido no município de Cataguases/MG, com o rompimento de

74 uma barragem de resíduos provenientes do processo de produção de celulose, em março de

75 2003. Na ocasião, foi constatada uma dificuldade de articulação interinstitucional, que levou a

76 uma demora no atendimento, e, assim, levando a um amplo debate, que culminou na publicação



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

77 do Decreto nº 5.098 de 2004, que instituiu o P2R2 no Brasil.

78 Assim, foram apontados objetivos e princípios orientadores do plano, bem como  
79 apresentada a estrutura prevista do P2R2, abrangendo a Comissão Nacional do P2R2, com sua  
80 composição e competências, e as Comissões Estaduais e Distrital do P2R2.

81 Foi apresentado o histórico de criação das Comissões Estaduais e Distrital do P2R2 ao longo  
82 dos anos, resultando em 18 comissões formalmente instituídas, nas seguintes unidades da  
83 federação: AC, PA, TO, MS, MT, PR, SC, RS, ES, MG, SP, RJ, CE, PE, PB, AL, BA e no Distrito Federal.  
84 Também foi destacado o apoio do MMA, enquanto coordenador da Comissão Nacional do P2R2,  
85 para o fortalecimento da agenda nos estados, sobretudo pela formalização de 13 convênios com  
86 diferentes estados, totalizando um investimento de R\$ 12.887.248,66 para compra de  
87 equipamentos, viaturas, mapeamento de áreas de risco e demais aquisições para estruturação  
88 das comissões.

89 Diante da apresentação do histórico e da estrutura do P2R2, também foi informado sobre a  
90 publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, o qual, além de outras providências,  
91 extinguiu os colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que  
92 foram instituídos por decreto, ato normativo inferior a decreto e ato de outro colegiado. Assim,  
93 por ter sido criada pelo mesmo decreto que instituiu o plano, a Comissão Nacional do P2R2 foi  
94 então extinta. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023, que  
95 revogou o Decreto nº 9.759/2019. Contudo a revogação desse decreto não traz os dispositivos  
96 que previam a Comissão Nacional do P2R2 de volta ao ordenamento jurídico brasileiro e,  
97 portanto, em resumo, o Decreto que institui o P2R2 permanece vigente, embora sua Comissão  
98 Nacional permaneça extinta.

99 Diante desse cenário, foram apresentadas as perspectivas do MMA para o fortalecimento do  
100 P2R2, a saber:

- 101 • Fortalecimento do marco normativo e regulatório – sobretudo pela atualização do  
102 Decreto nº 5.098 de 2004;
- 103 • Reestabelecimento da instância de governança e articulação – recriando a Comissão  
104 Nacional ou estabelecendo alguma outra instância, como o próprio GT-P2R2, por  
105 exemplo; e
- 106 • Criação de espaços de participação e engajamento – retomando os debates sobre P2R2  
107 em âmbito nacional, realizando eventos ou outras iniciativas.

108

### 109 **Diagnóstico Nacional do P2R2**

110 Passando a tratar do diagnóstico nacional do P2R2, o Analista Ambiental, Thiago Valente,  
111 informou que, para obtenção das informações do diagnóstico, foi encaminhado um formulário  
112 a todos os estados e ao DF com uma série de perguntas com o objetivo de entender como o  
113 P2R2 funciona em cada uma dessas unidades federativas.

114 Assim, ao todo foram recebidas 39 respostas, sendo 38% delas encaminhadas por  
115 representantes de Corpo de Bombeiros Militar, 23% de Secretaria de Estado de Meio Ambiente,  
116 21% de Entidade Estadual de Meio Ambiente, 15% da Defesa Civil e 3% do Ibama.



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

117 Houve um problema na apresentação, em que o mapa com a distribuição das comissões  
118 estaduais do P2R2 no Brasil ficou indisponível, mas foi informado que, de todas as Unidades  
119 Federativas, 15 delas informaram possuir Comissão do P2R2 instituída, 11 delas informaram não  
120 possuir, enquanto em um estado ainda não há informação. Foi informado que, apesar de 15 UFs  
121 informarem possuir comissão instituída, apenas 8 delas informaram que essas comissões estão  
122 em funcionamento, enquanto 18 não possuem comissão em funcionamento hoje e em um  
123 estado não há informação ainda.

124 Foram apresentadas também informações sobre os Estados que possuem comissão  
125 instituída, como quais deles possuem orçamento próprio destinado à comissão, além de que  
126 ações já foram implementadas e qual a composição dessas comissões. Também foram  
127 apresentadas as dificuldades enfrentadas por esses estados para manter a comissão em  
128 funcionamento e, assim, diversos pontos foram abordados, destacando-se sobretudo a alta  
129 rotatividade de servidores e a dificuldade de conciliação entre as atividades das instituições com  
130 as atividades das comissões. Ademais, também foram abordadas as ações essenciais para o  
131 sucesso da implementação e manutenção das Comissões Estaduais, destacando-se o apoio na  
132 aquisição de equipamentos, realização de treinamentos, entre outros.

133 Sobre os estados sem comissão instituída, foram apresentadas informações sobre a  
134 proporção deles em que há iniciativas em andamento para a criação da comissão, bem como as  
135 dificuldades enfrentadas por eles que impediram essa implementação, destacando-se entre as  
136 respostas a dificuldade de integração, além da falta de pessoal qualificado, entre outras.

137 Por fim, foi informado que 67% dos participantes entendem ser necessário atualizar o  
138 decreto que instituiu o P2R2 e 85% entendem ser necessário o reestabelecimento de uma  
139 instância nacional do P2R2, após a extinção da Comissão Nacional. Dentre as ações esperadas  
140 do MMA, foram apontadas sobretudo a realização de capacitações e o auxílio por meio de  
141 financiamento.

142 Ao final da apresentação, alguns ajustes no diagnóstico foram apontados por parte das  
143 representantes das Comissões Estaduais de Pernambuco e do Mato Grosso, as quais foram  
144 acatadas, mas destacado que o diagnóstico apresentado nesta primeira reunião seria uma  
145 versão preliminar do documento, o qual ainda será consolidado e, em momento oportuno,  
146 também será encaminhado para contribuições e ajustes necessários, bem como posterior  
147 publicação.

148

#### 149 **Metodologia do GT-P2R2**

150 O Analista Ambiental, Thiago Valente, prosseguiu então para apresentação do método de  
151 trabalho do GT-P2R2, destacando que o grupo se reunirá ordinariamente, ao menos, duas vezes  
152 ao ano, ou extraordinariamente, sempre que necessário. Informou que essas reuniões ocorrerão  
153 preferencialmente por videoconferência, podendo ser realizadas presencialmente em Brasília,  
154 ou em outra localidade.

155 Ademais, informou que o MMA ficará como instituição coordenadora e relatora do GT,  
156 destacando que o GT deverá relatar as suas atividades à Conasq na última reunião ordinária de



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

157 cada ano.

158 **Aprovação do calendário de reuniões**

159 O Analista Ambiental, Thiago Valente, apresentou o calendário de reuniões, informando que  
160 o GT, inicialmente, contará com 2 reuniões no ano de 2025, considerando a primeira reunião a  
161 ocorrida no dia e segunda prevista para o dia 24/09/2025, ambas em formato virtual.

162

163 **Considerações dos Membros**

164 Zuleica Nycz (TOXISPHERA) questionou a definição de algum encaminhamento para definição  
165 de um tema principal a ser atacado nas próximas reuniões do GT. Em resposta, o Analista  
166 Ambiental, Thiago Valente, apontou que a ideia do MMA seria iniciar com a atualização do  
167 Decreto nº 5.098/2003, que é o instrumento que dá base ao P2R2. Assim, o MMA trabalhará em  
168 uma minuta a ser encaminhada aos membros do GT para discussão na próxima reunião.

169 Adicionalmente, Zuleica Nycz (TOXISPHERA) mencionou o acidente de Cataguases/MG como  
170 o primeiro grande exemplo de um acidente decorrente de falhas de licenciamento e destacou o  
171 atual enfraquecimento do licenciamento como motivação para retomada e fortalecimento do  
172 P2R2. Contudo, destacou que o desastre de Cataguases foi uma tragédia causada por resíduo,  
173 enquanto o P2R2 aborda questões envolvendo produtos químicos. Nesse sentido, questionou  
174 se dentro do conceito de “produto químico” estariam abrangidos também os resíduos.

175 Em resposta, o Coordenador-Geral de Qualidade Ambiental Substituto, Luiz Mandalho,  
176 comentou que o questionamento sobre a abrangência e o escopo do decreto deverá ser  
177 considerado nas discussões, já que esse escopo não está fechado. Adicionalmente, destacou que  
178 o MMA tomará algumas iniciativas, mas também contará com o apoio dos integrantes do grupo  
179 para a construção dos documentos. Destacou que, ainda que a próxima reunião esteja prevista  
180 apenas para setembro, a ideia é que o GT não fique parado até lá e que seja mantido um canal  
181 de comunicação efetivo entre os membros.

182 Fabiano Goia (PRF) destacou o longo período entre as reuniões do GT e levantou a  
183 possibilidade de criação de um grupo no Whatsapp ou outro meio de comunicação mais  
184 adequado para manter as comunicações entre uma reunião e outra. A sugestão de criação do  
185 grupo foi acatada pelo Coordenador-Geral de Qualidade Ambiental Substituto, Luiz Mandalho,  
186 destacando que a comunicação por e-mail precisa ser mantida, já que é a forma de comunicação  
187 formal institucional a ser mantida, mas com a possibilidade de haver a comunicação por  
188 Whatsapp também.

189 Sandro Antonio de Lima (Ibram) informou sobre uma demanda levada à Comissão Distrital  
190 do P2R2 na qual se está planejando uma capacitação dos Corpos de Bombeiros de todo o Brasil  
191 com um especialista em atendimentos de acidentes envolvendo Amônia, Cloro e GLP. Nesse  
192 sentido, questionou se o MMA estaria aberto a receber demandas para prestação de apoio  
193 institucional para a realização desse tipo de iniciativa. Em resposta, o Coordenador-Geral de  
194 Qualidade Ambiental Substituto, Luiz Mandalho, solicitou que seja encaminhado um e-mail



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

195 informando melhor a iniciativa e o que se espera de apoio, para que então seja verificado junto  
196 ao Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade ambiental, Sr.  
197 Adalberto Maluf, sobre a possibilidade de auxílio na iniciativa.

198 Marcia Cristina Aliaga (MPT) reforçou a questão de resíduos industriais, destacando que é  
199 preciso lembrar que eventual alteração do Decreto 5.098 deve se harmonizar com a Lei  
200 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), já que o Decreto faz referência apenas à  
201 Política Nacional de Meio Ambiente. Também sugeriu a inclusão da ABRACIT no GT. Já que figura  
202 entre os objetivos do GT o aprimoramento da vigilância epidemiológica e ambiental, é  
203 importante a inclusão dos Centros de Informações Toxicológicas na discussão, pois eles dão  
204 apoio toxicológico a diversos órgãos em casos envolvendo contaminação química com  
205 repercussão à saúde humana.

206 Em resposta, o Analista Ambiental, Thiago Valente, concordou com a questão dos resíduos  
207 industriais e que esse é um debate que deverá ser refletido em eventual minuta de atualização  
208 do Decreto 5.098/2003 e que, por isso, conta com a contribuição de todos do GT. Também  
209 concordou com a inclusão da ABRACIT no GT e que um convite será encaminhado à instituição.

210 Sem maiores comentários, o Coordenador-Geral de Qualidade Ambiental Substituto, Luiz  
211 Mandalho, agradeceu a participação de todos e se colocou à disposição, encerrando a 1ª reunião  
212 do GT-P2R2.

213 **Encaminhamentos para a 2ª reunião do GT-P2R2**

- 214
- 215 • A coordenação entrará em contato com os representantes da CE-P2R2/MS para  
216 resposta ao Diagnóstico Nacional do P2R2, bem como com outros estados para  
217 consolidação e atualização de suas respostas ao Diagnóstico Nacional do P2R2;
  - 218 • A coordenação criará grupo do GT no Whatsapp e encaminhará o link para adesão  
219 a quem se interessar;
  - 220 • A coordenação encaminhará convite à ABRACIT para participação no GT-P2R2;
  - 221 • A coordenação elaborará e encaminhará minuta de proposta de atualização do  
222 Decreto nº 5.098/2003 para discussão na 2ª reunião; e
  - 223 • A coordenação encaminhará minuta do Diagnóstico Nacional do P2R2 para análise  
e contribuições dos membros.



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

224 **III Anexo A - Lista de participantes**

<b>Instituição</b>	<b>Nome</b>
ABIQUIM	Willian Katsuhiko Matsuo
Associquim	Priscila Fabretti
Casa Civil	Fernanda Cunha Pirillo Inojosa
CBM-DF	Tulio Stefani Colombaroli
CBM-SE	Fabiano Macedo Queiroz
Cetesb	Marco Antonio Jose Lainha
CFQ	Alexandre Vaz Castro
CPRH-PE	Maria Das Graças Cruz Mota
CRQ I	Ana Catarina Gomes de Amorim
Defesa Civil-AM	Robson Matos Calazães
	Guilherme Sampaio
FEPAM-RS	Fernando Lima Borges
	Rafael Dos Santos Rodrigues
Fundação Santo André	João Carlos Mucciaccito
Fundacentro	Patricia Moura Dias
IBRAM-DF	Sandro Lima
INEA-RJ	Michelle Ramos
	Ricardo Marcelo da Silva
LIGABOM	Alexandre Sorio Nunes
	Douglas Morau Briel
MDR	Rafael Felix Soares dos Santos
MMA	Adalberto Maluf
	Thaianne Resende Henriques Fabio
	Luiz Gustavo Haisi Mandalho
	Thiago de Oliveira Valente
MPT	Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga
PM-SC	Paulo Cesar Souza
	Davi Augusto Silveira dos Santos Lima
PRF	Regis Julien Loes
	Fabiano dos Santos Goia
SEMA-AC	Daniele Castro Bezerra
SEMADESC-MS	Hemily Talia Ferreira da Silva
SEMAD-MG	José Alves Pires
	Edilson José Maia Coelho
SEMA-MT	Cristina Silva Batista França Auad
TOXISPHERA	Zuleica Nycz



**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**  
**Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**  
**Departamento de Qualidade Ambiental**  
**Coordenação Geral de Qualidade Ambiental**  
**GT-P2R2**

225  
226  
227

Brasília, 24 de junho de 2025

---

GT-P2R2 – Memória da 1ª Reunião.28.mai.2025